



1 **Ata da 77ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à**
2 **Corrupção - CTPCC.** Data: 11 de fevereiro de 2026, às 14h. Local: Vídeo conferência pelo
3 aplicativo *Zoom*. Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às quatorze
4 horas, reuniu-se o CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE
5 À CORRUPÇÃO – CTPCC, sob a presidência do Sr. **EDMAR MOREIRA CAMATA**,
6 Secretário de Estado de Controle e Transparência e Presidente do Conselho. A reunião foi
7 secretariada pelo Subsecretário de Estado da Transparência, **FABIANO DA ROCHA**
8 **LOUZADA**, e contou com a presença dos seguintes representantes dos órgãos
9 participantes: Mariana Peisino do Amaral – titular do MPES, Ádila Maria Barbosa Damiani –
10 titular da ONG Transparência Capixaba, Bruna Silva Cunha – suplente da SEFAZ, Davi
11 Amorim Salgueiro – suplente da SEGER, Raphael Tássio Cruz Ghidetti – suplente da OAB
12 e Paulo José Serpa Filho – suplente PGE. **I. Abertura da Reunião.** Foi declarada aberta a
13 reunião pelo Presidente do Conselho, Sr. Edmar Moreira Camata, que deu as boas-vindas
14 aos conselheiros presentes, em especial ao Sr. Paulo José Serpa Filho, representante
15 suplente da Procuradoria Geral do Estado, que participa de sua primeira reunião do
16 Colegiado. Em seguida, o Presidente deu início à apresentação da pauta **II. Apresentação**
17 **dos novos membros** – Após a abertura da reunião, o Presidente anunciou os novos
18 membros do Conselho: representantes da CUT- ES: Clemilde Cortes Pereira (titular) e Nildo
19 Antônio Leite de Mendonça (suplente); representantes da Federação da Agricultura e
20 Pecuária do Estado do Espírito Santo – FAES: Maria Christina Alvarenga de Araújo (titular)
21 e Mônica Angeli de Souza de Amaral (suplente); representantes da AMUNES: o Sr. Bruno
22 Roberto de Carvalho Gomes toma posse como membro titular e o Sr. Luiz Gonzaga Pimentel
23 Fraga Júnior passa a atuar como conselheiro suplente; e, por fim, o Sr. Paulo José Serpa
24 Filho toma posse como suplente da Procuradoria Geral do Estado. **III. Apresentação: E-**
25 **Docs nos Municípios** – Em seguida a palavra foi passada ao Sr. Davi Amorim Salgueiro –
26 Subsecretário de Estado de Inovação da Gestão da SEGER, que apresentou o projeto de e-
27 Docs nos municípios capixabas. **3.1 – Apresentação: Davi Amorim Salgueiro –**
28 ***Subsecretário de Estado de Inovação da Gestão.*** Davi iniciou a sua fala comentando
29 sobre as atribuições e projetos da SEGER, passando, em seguida, focando no e-Docs. Davi
30 informou que o e-Docs é um sistema corporativo de gestão de documentos arquivísticos
31 eletrônicos, que contempla os procedimentos de autuação, captura, despacho, tramitação,
32 classificação, temporalidade, arquivamento e destinação final. Ele salientou que o processo
33 de transformação digital proporcionado pelo e-Docs traz consigo inúmeros benefícios, dentre
34 os quais destaca: fim do papel, mais transparência (garantindo a rastreabilidade, controle e
35 integridade na tramitação processual), mais economia (além da economia com papel, o e-
36 Docs é gratuito para os municípios em todas as etapas de implantação), mais eficiência (por



37 ser 100% digital, o e-Docs facilita e dá agilidade nas tratativas de documentos e processos)
38 e, por fim, mais sustentabilidade (pois ao substituir o papel, economiza-se água, preserva-
39 se o meio ambiente e reduz-se CO₂). Na sequência o expositor fez um breve relato do
40 histórico do e-Docs, que teve início em 2018, com destaque ao Decreto nº 4411-R, de 18 de
41 abril de 2019, que instituiu o Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos (e-Docs).
42 Continuando, apresentou alguns interessantes números do sistema: mais de 444 milhões de
43 páginas digitalizadas, mais de R\$ 76 milhões de economia total, sendo que só com papel o
44 valor supera dos R\$ 26 milhões, bem como mais de R\$ 4 milhões em economia com água,
45 1,5 milhão de kg em redução de CO₂ e a preservação de 44.432 árvores. Davi também
46 comentou sobre a jornada de implantação do e-Docs nos municípios, que tem início com a
47 manifestação de interesse, passa por uma reunião de apresentação, assinatura do acordo
48 de cooperação, elaboração dos atos normativos, cadastro do organograma, cadastro da
49 lotação de cargos e funções, definição dos pontos focais, publicação dos atos normativos,
50 início do uso do e-Docs, capacitação e, por fim, o suporte, onde o Governo do Estado
51 acompanha e dá o suporte no município após a implantação. Também foi apresentada a
52 equipe e infraestrutura envolvidas no projeto, com destaque às atribuições, onde o
53 PRODEST é responsável pelo desenvolvimento e infraestrutura, a SEGER com
54 colaboradores que atuam junto aos servidores municipais e APEES, que fica responsável
55 pela Gestão Operacional. Finalmente, Davi informou que o e-Docs já foi implantado em 24
56 municípios (21 utilizando), s e que em outros está em curso um processo de implantação,
57 porém, segundo o expositor, há uma limitação de 5 municípios a cada três meses, mas há
58 a expectativa de que seja superada a meta de 40% de municípios implantados até o final de
59 2026, pois há a expectativa de que possa ser atingido o número de 40 municípios. **3.2 –**
60 **Dúvidas dos membros.** O Presidente lembrou as dificuldades enfrentadas pela
61 administração pública à época dos processos de papel, inclusive no que se refere ao
62 transporte de volumes. Em seguida, Edmar comentou sobre o fato de o Espírito Santo ceder
63 o processo eletrônico aos seus municípios. Em complemento, Davi Amorin comentou que
64 no caso do Espírito Santo, é cedida aos municípios a mesma versão utilizada pelo Governo
65 Estadual. Já no caso do SEI, cada município é uma nova instalação. Na sequência, o
66 Presidente pergunta ao Sr. Davi qual estado está mais avançando em processo eletrônico.
67 Em resposta, Davi informou que é São Paulo, pois fez uma parceria com o Banco Mundial.
68 São Paulo está criando as versões do SEI no ambiente dele na Prodesp, o que resultou em
69 um número muito alto de municípios (cerca de 100). Porém, eles não estão fazendo essas
70 visitas técnicas no município. Então, embora São Paulo tenha um número mais alto do que
71 o nosso em relação a municípios implantados, são poucos aqueles que estão utilizando de
72 fato. Segundo ele, outros estados utilizam a versão cedida pelo Governo Federal. Nesse



73 sentido, a Bahia está com 3 municípios; o Rio de Janeiro tem em torno de 15 municípios e
74 Minas Gerais, 8. Ou seja, o número geral de implantações ainda é baixo. Davi ressaltou que
75 o modelo de implantação que gera uma única versão para cada município tem um custo de
76 manutenção altíssimo. É muito difícil para o município dar manutenção em atualizações de
77 versões do SEI, o que resulta em dificuldades dos municípios em fazer as atualizações,
78 diferentemente do nosso modelo, onde o município usa a mesma versão do estado. Edmar
79 Camata destacou que a transformação digital promovida pelo e-Docs, além de uma
80 economia gigante de recursos e de mais eficiência, favorece o viés da transparência, que é
81 a atuação do CTPCC, pois tudo se torna permanente, visível e documentado o histórico.
82 Ademais, segundo ele, talvez nos municípios onde existe uma menor maturidade
83 administrativa isso seja uma mudança bastante importante, um divisor de águas do ponto
84 de vista também da integridade, pois, com o uso do sistema eletrônico e com a confiabilidade
85 do PRODEST, que, mesmo diante de todas as dificuldades, supera essas barreiras, entrega
86 esse processo eletrônico para os municípios. Finalizando, Camata se manifestou no sentido
87 que o e-Docs é um case do estado e que merece ser exaltado e registrado aqui neste
88 Conselho devido a importância que tudo isso traz para transparência. Na sequência, o Sr.
89 Paulo José Serpa Filho pediu a palavra para fazer sua apresentação ao Colegiado. Ele
90 informou que é procurador do estado desde 2009 e que desde 2014 está na Assessoria do
91 Gabinete do Procurador Geral Estado, onde cuida de questões mais sensíveis e urgentes
92 que envolvem o Estado e a administração pública. Finalizando, o Sr. Paulo disse que se
93 sente muito honrado de fazer parte do Conselho, que cuida de questões muito sensíveis,
94 importantes para a sociedade. Ele também parabenizou o grandioso trabalho de implantação
95 do e-Docs, pois trata-se de um sistema revolucionário e que agiliza o trabalho. Em seguida,
96 pediu a palavra o Sr. Fabiano Louzada, Subsecretário de Estado da Transparência, que
97 pergunto ao Sr. Davi como iria funcionar a integração do e-Docs com o Tramita GOV.BR,
98 que vem a ser uma a plataforma que possibilita a comunicação entre os diferentes sistemas
99 de processos administrativos eletrônicos, de forma rápida, segura e transparente. Camata
100 destacou que essa *interface* com os outros sistemas federais é também é um divisor de
101 águas, porque é o que garante também a sobrevivência do e-Docs. Em resposta, o Sr. Davi
102 Sagueiro lembro que o e-Docs não está sozinho. Existe um conjunto de sistemas que estão
103 conectados, que fazem parte dessa arquitetura compartilhada que é cedida aos municípios.
104 E um desses sistemas é o Tramita. Nesse sistema tem uma funcionalidade que se chama
105 processo externo. Aí, quando o servidor federal clica nesse botão, ele acessa um barramento
106 que se comunica com o SEI. Portanto, ficou a cargo do Governo do Estado que iríamos fazer
107 uma integração com o Tramita e que essa integração já está pronta para ser utilizada, sendo
108 que inclusive já foi publicada uma portaria nesse respeito e que os órgãos deverão informar



109 quais serão as pessoas que ser responsabilizarão na utilização do Tramita. Segundo Davi,
110 hoje o Tramita está sendo trabalhado como uma ferramenta à parte, mas futuramente ele
111 será integrado ao e-Docs, da mesma forma como foi feito com o e-Flow, que foi, aos poucos,
112 sendo integrado ao e-Docs. Então, o tramita vai funcionar inicialmente de forma separada,
113 onde você vai poder procurar algum órgão que utilize o SEI ou algum outro sistema integrado
114 ao Tramita e mandar documentos para ele, como também receber documentos dele. O que
115 é importante é que isso funciona como uma caixa de correio. Dessa forma, a pessoa que for
116 responsável no órgão para receber documentos no Tramita terá que todo dia olhar para ver
117 se chegou algum documento novo. A estratégia de separar o Tramita é permitir que os
118 municípios que queiram usar o e-Docs já estejam integrados ao Tramita. Mas se tiver algum
119 município que não queira usar o e-Docs, também será ofertado o Tramita estadual para eles,
120 de forma que eles consigam mandar informações para órgãos do Governo Federal. Então
121 será possível receber qualquer coisa do Governo Federal. Ressalta-se que somente poderá
122 ser possível enviar pelo Tramita os documentos que são instruídos no e-Docs. Em seguida
123 o Sr. Davi Salgueiro fez uma breve demonstração do Tramita e informou que o projeto piloto
124 será realizado no município de Piúma. Já no estado, a ideia é fazer o piloto com a SEFAZ.
125 A ideia escolher um documento específico, abrir um processo dentro do Tramita, enviar para
126 escolher o órgão de fora não vai poder mandar para órgãos que usam o e-Docs e ele só vai
127 poder receber também de órgãos de fora do e-Docs. Em seguida o Presidente pergunto aos
128 membros presentes se algum outro conselheiro ainda tem alguma dúvida. Nesse sentido, a
129 Sra. Adila Damiani pediu a palavra e ressaltou que é importante o município ter um sistema
130 de gerenciamento de documentos, pois isso conta pontos para a avaliação da
131 Transparência, o que torna interessante ao município fazer a adesão ao e-Docs. Adila
132 também perguntou sobre a possibilidade de o e-Docs dispor de uma funcionalidade que está
133 em outros sistemas: a de uma pessoa conseguir acessar o sistema sem a obrigatoriedade
134 de fazer um cadastro prévio. Isso porque já existe um sistema de gerenciamento de
135 documentos em que a pessoa consegue entrar no sistema como se fosse um visitante, o
136 que ela considera relevante e que poderia ser levado como sugestão ao PRODEST. Em
137 resposta, o Sr. Davi Salgueiro informou o SEP, que pode ser acessado no *site*
138 www.processoeletronico.es.gov.br é possível consultar a tramitação de um número do
139 processo físico ou do e-Docs sem fazer o *login* prévio. Porém, para uma consulta mais
140 detalhada, é necessário entrar no modo *dashboard* teria que entrar na plataforma. Para
141 Adila, o SEP não atende ao sistema de gerenciamento de documentos, porque para pontuar
142 na avaliação do conjunto dele tem que ter a funcionalidade de assinar, encaminhamento,
143 acompanhamento, etc. Dessa forma, ela apresenta isso como uma sugestão de
144 aprimoramento. Ela citou PMVV, em que o sistema de gerenciamento deles tem uma



145 possibilidade de você entrar no sistema sem você fazer *login*, mas também o seu acesso é
146 um pouco limitado, porém isso já atenderia o quesito de avaliação da Transparência. **IV.**
147 **Novas propostas, deliberações e encaminhamentos.** Não houve. **V. Encerramento.** Em
148 seguida, o Presidente agradeceu a presença de todos, lembrou que a próxima reunião do
149 Colegiado, a de número 78, será realizada no dia 8 de abril de 2026. O presidente declarou
150 encerrada a reunião às quinze horas, do que, para constar, eu, **FABIANO DA ROCHA**
151 **LOUZADA**, lavrei a presente ata que, depois de conferida, vai assinada por mim, pelo
152 Senhor Presidente e demais membros do Conselho presentes na reunião.

EDMAR MOREIRA CAMATA

Representante da SECONT – Titular
Presidente do Conselho

MARIANA PEISINO DO AMARAL

Representante do MPES - Titular

PAULO JOSÉ SERPA FILHO

Representante da PGE - Suplente

DAVI AMORIM SALGUEIRO

Representante da SEGER – Suplente

BRUNA SILVA CUNHA

Representante da SEFAZ - Suplente

RAPHAEL TÁSSIO CRUZ GHIDETTI

Representante da OAB – Suplente

ÁDILA MARIA BARBOSA DAMIANI

Representante da ONG Transparência
Capixaba - Titular

153

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARIANA PEISINO DO AMARAL

CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 17/03/2026 17:08:05 -03:00

DAVI AMORIM SALGUEIRO

CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 13/03/2026 18:04:13 -03:00

RAPHAEL TASSIO CRUZ GHIDETTI

CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 18/03/2026 13:51:31 -03:00

FABIANO DA ROCHA LOUZADA

SUBSECRETARIO ESTADO
SUBTRAN - SECONT - GOVES
assinado em 16/03/2026 18:49:17 -03:00

PAULO JOSE SOARES SERPA FILHO

CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 13/03/2026 17:43:33 -03:00

BRUNA SILVA CUNHA ROCON

CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 18/03/2026 11:55:19 -03:00

ADILA MARIA PIMENTA BARBOSA

CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 23/03/2026 15:05:40 -03:00

EDMAR MOREIRA CAMATA

SECRETARIO DE ESTADO
SECONT - SECONT - GOVES
assinado em 17/03/2026 16:31:13 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 23/03/2026 15:05:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA (FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT - ASSTEC SUBTRAN - SECONT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-NWG7T5>